

Fêmea

CFEMEA-Centro Feminista de Estudos e Assessoria
Projeto Direitos da Mulher na Lei e na Vida

ANO II Nº 6

BRASÍLIA-DF

ABRIL/93



Trabalhadoras
Domésticas realizam
Encontro
Nacional

3

Entidades protestam
contra o "Globo Repórter"
sobre métodos
contraceptivos

4

CPI sobre
esterilização
divulga
relatório final

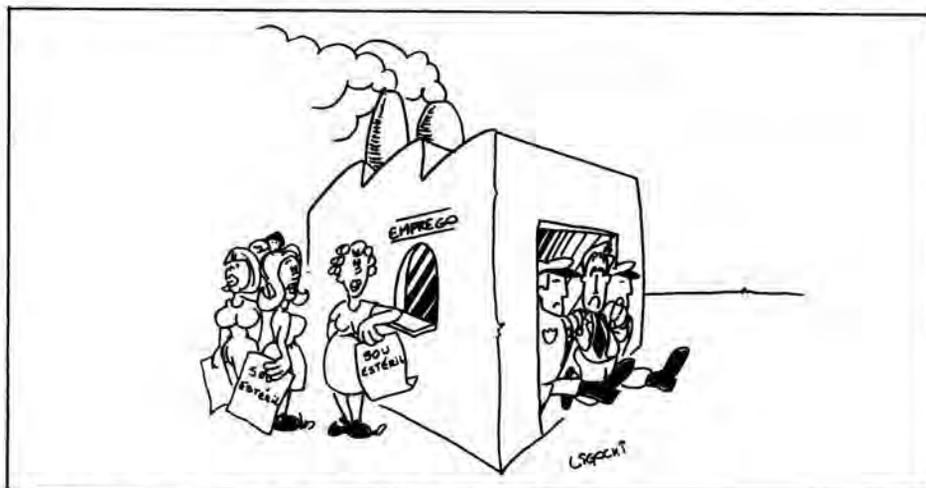
6

Rede Feminista aprova projeto sobre esterilização

A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos aprovou proposta de projeto de lei que estabelece normas e condições sobre saúde reprodutiva e regulamenta a prática da esterilização, no 1º Encontro Nacional realizado nos dias 04 a 07 de abril, em Itamaracá, Pernambuco. O texto proposto estabelece direitos iguais de constituição, limitação ou aumento de prole pela mulher, pelo homem e pelo casal. De acordo com o projeto, é dever do Estado prover condições e recursos informativos, educacionais, técnicos e científicos que assegurem o livre exercício da fecundidade a ambos os sexos, através do Sistema Único de Saúde. A esterilização voluntária é admitida para homens e mulheres maiores de idade, desde que o método usado seja seguro e não ameace a saúde do paciente. (Pág. 4).

Relator aprova projeto

O parecer favorável do relator ao projeto de lei que autoriza empresas com mais de 50 empregados a abaterem do lucro operacional, para fins de imposto de renda, até 30 por cento dos salários pagos a empregados do sexo feminino, ainda não foi votado. As empresas deverão aplicar, do valor abatido, 50 por cento em treinamento e qualificação profissional. (pág. 3)



EDITORIAL

Ao lembrar os direitos da mulher e lutar por eles, não podemos deixar de mencionar o direito à reprodução, ou à não-reprodução, à livre opção. Decidir sobre isso é um dos primeiros exercícios de liberdade das mulheres, que devem ter assegurada a possibilidade de adotar métodos contraceptivos sem risco para a saúde e o acesso a esses métodos. No Brasil, mais que em outros países, é preocupante o alto índice de esterilizações. Muitas mulheres em plena capacidade reprodutiva são esterilizadas, muitas vezes porque acreditam não ter outra escolha ou, o que é mais grave, são induzidas à esterilização cirúrgica irreversível.

Preocupa-nos também a ingerência de organismos internacionais nessa área, e as pesquisas feitas com mulheres brasileiras visando ao controle de natalidade. A taxa de crescimento demográfico no País caiu significativamente, apesar do índice de mortalidade ter sido reduzido. A confirmação disso é de grande importância, porque revela que ainda não é dado à maioria das mulheres o direito de decidir sobre o seu corpo. Desde o início da mobilização, o movimento feminista tem atuado no sentido de modificar essa realidade mais uma vez comprovada.

Estamos apresentando, em diversas instâncias, sugestões para regulamentar a prática da esterilização. É o caso do projeto de lei que estabelece normas e condições sobre saúde reprodutiva, aprovado pela Rede

Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos durante encontro em Itamaracá, Pernambuco, realizado no início de abril. Também a CPI criada para examinar a incidência de esterilização em massa, comprovando que não há no País a adoção de uma política de saúde da mulher por parte do Governo Federal e que "há claro interesse internacional na implementação de controle demográfico no País", apresentou projeto de lei que trata do planejamento familiar.

Na área de saúde, na qual ainda temos que fazer muitas conquistas básicas, verificamos também o aumento do número de casos de AIDS em mulheres, e do índice de gravidez em adolescentes. Entre as adolescentes, estão crescendo ainda os casos de prostituição, o que constitui outra frente de atuação. O deputado Moroni Torga propôs a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil. Justificando sua proposta, ele lembrou que no Norte e Nordeste adolescentes chegam a ser vendidas por suas famílias e são transportadas para garimpos, onde vivem como escravas. Vamos ficar atentas ao trabalho da CPI, vamos buscar soluções para a situação dessas quase crianças que estão sendo vítimas de todas as formas de exploração a que pode ser submetida uma mulher.

■ Graça Campos

"NA LEI E NA VIDA"

Tendo em vista a coibição da prática discriminatória comum, entre os empregadores, de submeter as mulheres a exames compulsórios de gravidez e atestado de esterilidade, tramitam na Câmara dois projetos.

O primeiro, Projeto-Lei nº 229/91, de autoria da deputada Benedita da Silva, estipula como punição para tal conduta, o pagamento em dobro dos salários relativos ao período compreendido entre a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.

O segundo, Projeto de Lei nº 3466/92, de autoria da deputada Maria Luiza Fontenelle, estabelece a conduta como crime de coação em razão do sexo, e determina pena de 2 a 4 anos de detenção e multa, aplicando a pena aumentada de um terço se o ato é cometido por empregador da vítima ou seu preposto. Os projetos estão tramitando juntos por tratarem do mesmo assunto.

As duas iniciativas são da mais alta relevância para instrumentalizar os movimentos autônomos de mulheres em sua luta contra a discriminação e coibir legalmente os casos cada vez mais frequentes de mulheres que são despedidas ou não aceitas em empregos se não comprovarem ausência de gravidez ou esterilidade. Essa prática atinge no âmbito o direito da mulher como pessoa humana e se constitui um reforço à política de esterilização em massa comprovada pela CPI realizada em 92, além de ampliar a discriminação da mulher como trabalhadora.

Por entendermos o problema nessa dimensão é que propomos a conjugação de esforços para a aprovação de um projeto que unificando as duas iniciativas, possa ampliar a pena hoje aplicada ao fato, que seria do Art. 146 do Código Penal, estabelecendo-se assim uma punição exemplar aos infratores.

O projeto da deputada Benedita no seu artigo 2º penaliza os empregadores no caso da empregada estar grávida, mas não define nenhuma penalidade para a exigência de atestado que comprove esterilidade ou mesmo no caso da exigência de exame de gravidez de candidatos a emprego, apesar de proibir essa prática no seu art. 1º, não estipula pena.

O Projeto da deputada Maria Luiza prevê penas para ambos os casos com detenção e multa.

O argumento de que em nosso País é praticamente impossível colocar um empregado na cadeia, fortalece a cultura da impunidade no Brasil e subestima a capacidade de intervenção direta das mulheres em defesa de seus direitos.

Nossa luta em defesa da ética passa por um posicionamento firme em torno do que é correto e necessário, não em torno do que é permitido pelos limites do "possível". Parafrazeando Charles Chaplin: As principais proezas da Humanidade são frutos do que parecia impossível.

É, essa tem sido a trajetória dos Movimentos Feministas, derrubando mitos, subvertendo conceitos, transformando símbolos, para construir uma sociedade de indivíduos humanamente diversos e socialmente iguais.

■ Graça Campos é integrante da União de Mulheres Cearenses e Assessora da Dep. Maria Luiza Fontenelle

EXPEDIENTE

CFEMEA — CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA

CLN 111 Bloco C Salas 108/109 CEP: 70754-530

Telefone: (061) 347-5004

Projeto — DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA

Equipe responsável:

Marlene Libardoni (coordenadora), Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Iáris Ramalho Cortês e Malô Ligocki.

Conselho Consultivo:

— **Parlamentares:** Deputadas Benedita da Silva, Jandira Feghali, Luci Choinacki, Maria Luiza Fontenelle, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling e Socorro Gomes. Deputados José Genoíno e Nelson Jobim. Senadora Marluce Pinto e Senador José Paulo Bisol.

— **Feministas:** Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci, Gilse Concenza, Heleith Saffioti, Lidice da Mata, Marah Régia, Maria Berenice Godinho Delgado, Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel, Sueli Caneiro e Zulayê Cobra Ribeiro.

Comitê de Especialistas:

Ana Maria Costa, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Menicucci de Oliveira, Elizabeth Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Leilah Borges da Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro, Jô Moraes, Paola Capelin Giuliane, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.

Edição: Ruth Simões. Registro 1202 DRT/DF

Charge: Marcus Ligocki Jr.

Colaboração: Graça Campos

Revisão: Malô Ligocki

Diagramação: Hélio

Impressão: Correio Braziliense (061) 321-2123

Apoio: FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO MAC ARTHUR

Fortunati denuncia relatório da CPI

"Após o descaso patrocinado pelo Congresso Nacional durante seus trabalhos, a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a violência contra a mulher depara-se com a possibilidade de ter o seu relatório final fraudado", a declaração foi feita pelo deputado José Fortunati (RS), vice-líder do PT e membro da CPI. Segundo ele, a denúncia recebida pela Comissão, em depoimento do jornalista Gilberto Dimenstein de que o empresário Carlos Di Gênio, dono do Colégio Objetivo, agencia adolescentes para a prostituição de luxo foi retirada do relatório apresentado pela relatora, deputada Etevalda Menezes, à Presidência da CPI. Com a modificação, a bancada do PT na CPI optou por não assinar o relatório e recorrer à Presidência da Câmara para que fossem adotadas providências no sentido de garantir que o relatório seja fiel aos

depoimentos. A Presidência da Casa ainda não respondeu à solicitação.

Na avaliação de Fortunati, os trabalhos desenvolvidos pela CPI serviram para trazer para o plano concreto e institucional a realidade que a vida das mulheres e do movimento de mulheres identificava há bastante tempo. Ele ressaltou que os depoimentos prestados abordaram as diversas expressões da violência contra a mulher: no local de trabalho, violência psicológica e física, esta última abrangendo tanto a violência cometida na rua quanto no lar, a violência doméstica.

"O relatório apresentado pela deputada Etevalda Menezes, e tido como final, não expressou o que foi discutido e votado na Comissão", afirmou Fortunati, acrescentando que isso representa total falta de consideração para com os

depoentes e as pessoas que contribuíram e assistiram os trabalhos da CPI. Sobre a denúncia contra o dono do Colégio Objetivo, o deputado contou que as declarações prestadas incluíram informações de que a casa de Di Gênio em Brasília é utilizada em festas que se destinam a "servir" as jovens aos políticos e pessoas influentes. Na última reunião da Comissão, a relatora apresentou uma emenda retirando o nome de Di Gênio da parte dos encaminhamentos do relatório. A emenda foi aprovada, a relatora não retirou, porém, a referência ao nome do empresário no corpo do relatório, disse Fortunati. "Estranhamente, quando o relatório foi apresentado à Presidência da CPI, não constava o nome do empresário", informou o deputado, esclarecendo os motivos para a não assinatura do documento pela bancada petista.

Projeto aguarda votação

Ainda não foi votado o parecer favorável do relator, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), ao projeto de lei 2.417, de 1989, da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que autoriza as empresas com mais de 50 empregados a abaterem do lucro operacional, para fins de imposto de renda, até 30 por cento do montante dos salários pagos a empregados do sexo feminino, desde que apliquem 50 por cento do valor abatido em treinamento e qualificação profissional.

"A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação opinou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto. A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público opinou pela aprovação do projeto com emenda", informou o deputado Germano Rigotto em seu relatório. Segundo a emenda aprovada pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, a redução do lucro tributável, para fins de Imposto de Renda, poderá ser de até 30 por cento do montante dos salários pagos aos empregados do sexo feminino, desde que não ultrapasse 15 por cento do lucro. Além disso, a dedução dependerá de que a mão-de-obra feminina constitua 30 por cento da força de trabalho, no mínimo, e que pelo menos 50 por cento

do valor abatido seja aplicado em treinamento e qualificação profissional das empregadas. O projeto foi encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação para exame da adequação orçamentária e financeira, bem como para exame de mérito, dada a natureza da matéria.

Em seu voto, o relator destacou que a lei resultante do projeto produzirá efeitos financeiros a partir do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação, compatibilizando-se com as diretrizes orçamentárias, na medida em que propicia condições a que a renúncia de receita correspondente seja devidamente computada, no orçamento do referido exercício.

"Quanto ao mérito, parece-me que o projeto terá a virtude de assegurar a implementação prática dos avanços sociais obtidos na Constituição de 1988, em benefício das mulheres, pela sua regular incorporação e permanência no mercado de trabalho, mormente se for absorvida a emenda aprovada pela Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público", considerou o relator. Germano Rigotto votou pela adequação orçamentária e financeira do projeto de lei nº 2.417 e, no mérito, pela sua aprovação, com a emenda apresentada.

Domésticas discutem direitos

No 7º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 7 de fevereiro, a categoria decidiu intensificar o trabalho de base, aperfeiçoar a sua organização sindical e lutar pelo direito à saúde, escola, moradia, FGTS, seguro acidente, seguro desemprego, carga horária diária e estabelecimento da data-base.

Segundo o documento final do encontro, as domésticas consideraram como maiores problemas o baixo salário, a moradia no próprio emprego, o cansaço físico e mental, a dificuldade de fazer tratamento de saúde em caso de doença, a falta de oportunidade de estudar, o desprezo, a acusação injusta e a humilhação. Participaram do Congresso 94 trabalhadoras, assessores, colaboradores e delegados de 26 Sindicatos e Associações de Estados, além de uma trabalhadora doméstica do Paraguai, representando a Confederação Latino-Americana e do Caribe das Trabalhadoras Domésticas, e duas portuguesas, representando a organização internacional "Cooperadoras da Família".

Apesar dos problemas e das dificuldades que ainda enfrentam, as domésticas acreditam que conquistaram direitos no trabalho em consequência da luta e da organização. Hoje os sindicatos se fortaleceram em muitos estados, um grande número de trabalhadores tem maior consciência do seu valor, participa do movimento sindical e está se desenvolvendo politicamente.

No Congresso Nacional, continuam sendo ampliados os direitos das trabalhadoras domésticas. O projeto de lei nº 232-A da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. O projeto acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para estender o seguro-desemprego ao empregado doméstico. Ao apresentar o projeto, a deputada justificou que esse profissional vive a mesma situação de qualquer trabalhador desempregado em nosso país, necessitando de recursos para provimento seu e de sua família. Lembrou que representa uma injustiça e discriminação a exclusão dos trabalhadores domésticos do seguro desemprego, uma vez que eles também contribuem para a Previdência Social.

Prisão para quem exigir atestado de esterilização

A deputada Maria Luiza Fontenele apresentou projeto de lei à Câmara dos Deputados estabelecendo sanções civis nos casos de violência familiar. O projeto nº 3.591, de 1993, modifica o artigo 233 da Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916, determinando que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal, bem como sua administração, são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher, cabendo-lhe a representação legal da família, a administração dos bens comuns, o direito de fixar o domicílio e prover a manutenção da família. O cônjuge que praticar violência doméstica, física, psicológica ou moral perderá esses direitos através do ato judicial. Também perderá a autoridade parental, por ato judicial, o genitor que exercer violência física, psicológica ou moral em relação aos filhos.

Justificando o projeto apresentado às

Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Redação, a deputada ressaltou que a proposição visa expressar no direito civil realidade social já consagrada pela Constituição de 1988: a sociedade conjugal é exercida igualmente por homem e mulher.

Outros dois projetos da lei da deputada estão tramitando na Câmara dos Deputados. O projeto nº 3.466, de 1992, estabelece o crime de coação em razão do sexo, determinando constituir crime coagir mulher a submeter-se compulsoriamente a exame de gravidez ou comprovação de esterilidade. A pena é de detenção de dois a quatro anos e multa (leia artigo na página 2). O projeto nº 3.381 de 1992, dispõe sobre os crimes de violência familiar, definindo as formas de violência, os crimes e as penas.

Rede Feminista deba

A Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos aprovou proposta de projeto de lei que estabelece normas e condições sobre saúde reprodutiva e regulamenta a prática de esterilização, assegurando a todas as pessoas o direito ao exercício pleno de regulação da fecundidade. O texto, discutido durante o 1º Encontro Nacional da Rede, realizado em Itamaracá, Pernambuco, entre os dias 4 e 7 de abril, estabelece direitos iguais de constituição, limitação, ou aumento de prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal. De acordo com a proposta, é dever do Estado prover condições e recursos informativos, educacionais, técnicos e científicos que assegurem o livre exercício da regulação da fecundidade para ambos os sexos, através do Sistema Único de Saúde. Também a esterilização voluntária é admitida para homens e mulheres maiores de idade, desde que o método usado para realizá-la seja de comprovada segurança e não implique risco para a saúde do paciente. A esterilização cirúrgica voluntária será feita através de laqueadura tubária, vasectomia ou outro método cientificamente aceito, não sendo permitida a esterilização por histerectomia ou retirada de ovários.

Será dado ao paciente acesso aos serviços de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento no sentido de desencorajar a prática da esterilização precoce. A pessoa interessada na esterilização deve ser informada dos riscos da cirurgia, possíveis efeitos colaterais e custo da reversão e deve manifestar a sua vontade em documento escrito. Não será considerado consentimento voluntário aquele obtido durante o parto, logo após a interrupção voluntária da gravidez, sob efeito de álcool, drogas, estados emocionais alterados ou incapacidade mental temporária ou permanente.

Outro artigo do projeto proposto determina que é vedado a instituições, entidades e organismos internacionais desenvolver ações de regulação da fecundidade ou pesquisas experimentais "animabilis", exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Saúde do Sistema Único de Saúde. O SUS deverá criar mecanismos de fiscalização para que instituições públicas, privadas, filantrópicas e similares não fujam às normas estabelecidas na Lei, exigindo que todas as esterilizações sejam notificadas ao órgão máximo de saúde do município e encaminhadas à Secretaria de Saúde do Estado e aos Conselhos de Saúde. A Secretaria de Saúde do Estado fará o credenciamento e a fiscalização dos serviços autorizados a realizarem esterilizações cirúrgicas voluntárias.

A rede pública hospitalar, através do SUS, deve garantir atendimento aos ca-



sos de interrupção voluntária da gravidez previstos em lei. A não observância das determinações implicará, para o SUS, responsabilidade administrativa.

O projeto de lei também estabelece que constitui crime de coação a exigência de atestado de esterilização e de teste de gravidez para quaisquer fins. A

As entidades integrantes do movimento de mulheres enviaram à Rede Globo de Televisão, em março, manifesto em protesto contra o "Globo Repórter" de 26 de fevereiro deste ano sobre "métodos revolucionários contraceptivos", que mostrou o comprometimento ideológico do programa com o controle da natalidade. Publicamos a seguir a íntegra do manifesto:

"O Globo Repórter de 26 de fevereiro de 1993 sobre "métodos revolucionários contraceptivos" mostra o comprometimento ideológico do programa com o controle da natalidade. Coincidentemente o programa utiliza o argumento da explosão demográfica como justificativa dos métodos que apresenta, justamente no momento em que este é um dos temas mais debatidos na esfera internacional.

É bom lembrar que durante todo o ano de 1992 se tentou mascarar uma discussão real

das causas da degradação ambiental, culpando a fertilidade dos pobres.

Neste momento esta discussão se recoloca com mais força em vista da proximidade de uma conferência específica sobre o tema populacional, proposta pelas Nações Unidas para 1994.

Chamou atenção no programa a alegria alienada da repórter Sandra Passarinho, que reforça a propaganda mercantilista e controlista da abolição do ciclo menstrual, bandeira "científica" do Dr. Elsimar Coutinho, apresentada, por duas garotas-propaganda muito familiarmente próximas às suas convicções. A escolha dos depoimentos da esposa e da filha do médico retratam a tendenciosidade com que circulam essas idéias.

Nesse sentido lamentamos a omissão jornalística do programa que não se preocupou em informar que os tais "métodos revolucionários" já foram tes-

Ent
pro
co
Rede

te esterilização



realização de esterilização sem o consentimento expresso do paciente, com consentimento obtido mediante fraude ou coação, e em pessoa menor de ida-

de, constituem crime de lesão corporal. Os crimes serão punidos com penas previstas na legislação penal, além de penas acessórias administrativas e res-

tados em muitos países, inclusive no Brasil, com inúmeros efeitos colaterais. O uniplant é filho único do norplant, testado em 3 mil mulheres brasileiras e proibido pelo Min. da Saúde, por pressão do movimento de mulheres.

Em nenhum momento o programa abordou tampouco a experiência do Brasil no campo das políticas demográficas. Nosso país, é mundialmente considerado modelo em termos de política eficaz de controle da natalidade: em apenas 20 anos o Brasil reduziu a sua taxa de natalidade em 50%, o que levou um século para acontecer na Europa.

Os resultados tão amplamente divulgados pela imprensa foram tema de diversas CPI's e razão de estupefação de diversas entidades dos direitos humanos ao saber que a esterilização foi induzida e utilizada em massa como método contraceptivo pelas mulheres brasileiras.

A questão do respeito aos direitos reprodutivos é, há décadas, uma bandeira do movimento feminista que não teve, infelizmente, espaço no Globo Repórter. A mensagem que o programa envia aos jovens, aos recém-nascidos quando faz referência à criança que nasceu "no mundo do amor no tempo da AIDS e do Planeta ameaçado pela super-população" é a anti-mensagem: apocalíptica, desesperançosa, desinformativa e avessa à ética.

Esperamos que, dentro da "nova perspectiva ética da Emissora" que vem sendo apregoada pela própria Globo, seja pleiteada também uma nova postura jornalística que contemple a variedade de pensamentos, idéias e opiniões presentes na sociedade. É direito de todo cidadão ter acesso a essa diversidade de posições e é obrigação dos meios de comunicação respeitar essa prerrogativa".

trições civis quando se tratar de pessoa jurídica de direito privado. Nesse caso, as penas civis correspondem a proibição para estabelecer contratos com entidades públicas e receberem créditos oriundos de instituições governamentais ou daquelas em que o Estado é acionista.

REDE FEMINISTA

Criada em 1991 como uma articulação política do movimento de mulheres, a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos é formada atualmente por cerca de 60 grupos e representantes autônomas do movimento de mulheres no Brasil. Na região nordeste, a rede aumentou sua representatividade através de novas filiações, descentralizando suas atividades. A partir do Encontro Nacional, a luta pela implantação de políticas de saúde foi reforçada com a eleição de Ana Lipke e Edna Roland (suplente) para representar a Rede Feminista na Comissão Interministerial de Saúde da Mulher. O movimento de mulheres também é representado na Comissão pelo SOS Corpo e pela União Brasileira de Mulheres.

1º ENCONTRO NACIONAL

Além da eleição das representantes e da aprovação do projeto, as participantes do Encontro decidiram solicitar ao Ministério da Saúde a criação de um Comitê de Vacinas Anti-HIV/AIDS e a divulgação permanente dos estudos realizados em relação à doença. A Rede será representada por Regina Barbosa e Ana Maria Costa (suplente). Também será cobrado do Ministro da Saúde, Jamil Haddad, o debate para a realização de um Plano Emergencial de Saúde da Mulher, conforme foi prometido no ano passado.

TEMAS

Com o objetivo de atualizar a discussão sobre saúde e direitos reprodutivos, o Encontro foi aberto pela demógrafa Elza Berquó, que apresentou um panorama mundial do debate sobre população. Jacqueline Pitanguy complementou o assunto, destacando como principal contribuição do movimento a criação do conceito de direitos reprodutivos. Ela ressaltou a importância da mobilização das mulheres para a Conferência da ONU sobre População e Desenvolvimento, que será realizada no Cairo, em 1994.

Os direitos reprodutivos foram assunto de um painel analisando a relação entre eles e o desenvolvimento de tecnologias reprodutivas, e a sexualidade no âmbito dos direitos humanos. Outro painel sobre saúde da mulher mostrou o caótico panorama epidemiológico do País, a influência do trabalho na saúde feminina e abordou a questão da saúde mental das mulheres. Os debates em grupo abordaram os temas aborto, esterilização, tecnologias reprodutivas e contraceptivas, AIDS, saúde mental e legislação.

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) está funcionando em novo endereço: CLN 111 Bloco C salas 108 e 109 — Brasília-DF.
CEP 70.754-530. Telefone (061) 347-5004.

idades
testam
ntra
e Globo

CPI da esterilização conclui relatório

A Comissão Parlamentar de Inquérito criada para examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil concluiu que não há no País a adoção de uma política de saúde da mulher por parte do Governo Federal. De acordo com o relatório final publicado pela Comissão, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher — PAISM — não passa de uma aspiração dos movimentos sociais e sua implantação na rede pública está em estado embrionário. Há claro interesse internacional na implementação de controle demográfico no País e os governos e organismos internacionais interessados na implementação dessa política demográfica investem vultosas quantias para atingir seus objetivos.

“Entre as instituições que realizam o controle da fertilidade no Brasil, as de maior envergadura são a BEMFAM e o CPAIMC, que funcionam subsidiadas basicamente por recursos financeiros de procedência internacional”, avaliam no relatório os parlamentares integrantes da Comissão. Essas instituições executaram, na prática, políticas de controle demográfico concebidas por governos estrangeiros e organismos internacionais, com repercussões negativas sobre a soberania nacional, mas é forçoso reconhecer que contaram com a omissão do governo brasileiro, que jamais investigou seu “modus operandi”, afirmaram.

A redução da taxa de crescimento demográfico no Brasil na década de 80 de 0,6 ponto percentual, caindo de 2,5 por cento ao ano para 1,9 por cento apesar da redução da mortalidade, foi atribuída à intensificação do uso de métodos contraceptivos, principalmente os de alta eficácia, a esterilização cirúrgica e a utilização de pílula anticoncepcional. O uso da pílula, segundo o relatório, se dá em contexto de alto risco à saúde, sem acompanhamento da usuária. Cinquenta por cento das mulheres que tomam pílula são automedicadas no balcão da farmácia.

“Está confirmada a esterilização em massa de mulheres no Brasil pois, segundo dados do IBGE, havia em 1986, 5 milhões 900 mil 238 mulheres esterilizadas, correspondendo a 15,8 por cento das mulheres brasileiras de 15 a 54 anos, percentual pelo menos três vezes maior que nos países desenvolvidos e superior ao da quase totalidade dos países em desenvolvimento”, consideraram os parlamentares. O contexto em que as esterilizações são realizadas é perverso: ausência de outras alternativas contraceptivas disponíveis e reversíveis e desinformação quanto aos riscos, sequelas e irreversibilidade da laqueadura. Em percentual significativo, as esterilizações são realizadas durante cesarianas, indicadas com o objetivo de se realizar, simultaneamente, a laqueadura tubária. Esta situação contribui para que o Brasil sustente internacionalmente o lastimável título de campeão da prática de cesarianas.

Para os integrantes da CPI, é especialmente preocupante a alta taxa de arrependimento pós-laqueadura tubária (esterilização cirúrgica), o que comprova que as mulheres não estão dispostas de tempo nem de informações suficientes para amadurecimento da decisão. A maior incidência de esterilização em mulheres da raça negra foi denunciada pelo movimento negro, como um aspecto do racismo praticado no Brasil. Dados levantados pelo IBGE não confirmam a denúncia, “mas é fato notório a dificuldade de se apurar com precisão a informação relativa à cor da pele dos brasileiros”, consideraram os parlamentares.

O relatório lembrou que a esterilização cirúrgica é passível de enquadramento nos crimes de lesão corporal ou exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo, o que faz com que o método seja praticado à revelia de qualquer controle dentro do Sistema de Saúde, em condições de semiclandestinidadade, sendo objetivo de negocia-

ção eleitoral e mercantilista.

Para solucionar o problema, a CPI propôs projeto de lei que regulamenta o Parágrafo 7 do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar e estabelece penalidades. A CPI propôs também a aprovação do projeto de resolução nº 43/91, que cria a Comissão de Direitos Humanos, da deputada Benedita da Silva, que já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Ao poder legislativo também foi proposta a instituição, dentro da Comissão de Direitos Humanos a ser criada na Câmara dos Deputados, de uma sub-comissão de direitos reprodutivos, para acompanhar e fiscalizar a implementação da Lei de Planejamento Familiar.

Ao Poder Executivo, a Comissão Parlamentar de Inquérito sugeriu implantar em todo o País o PAISM — Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher — considerado o primeiro passo no sentido de integrar o planejamento familiar a todos os demais cuidados com a saúde da mulher, realizar campanha de divulgação sobre a saúde da mulher e os métodos contraceptivos, realizar auditoria para coibir abuso da esterilização de mulheres, sobretudo os atos cirúrgicos feitos à revelia da paciente. Outras recomendações: exercer estrita vigilância sobre os projetos em curso das tecnologias reprodutivas, tanto as contraceptivas quanto as contraceptivas, principalmente nos aspectos de propaganda; garantir assento permanente no Conselho Nacional de Saúde para as entidades feministas que trabalham em saúde; reativar a Comissão de Direitos Reprodutivos dentro do Conselho Nacional de Saúde; estudar formas de desestimular e coibir o exagero no número de partos cesarianos na rede pública, privada e conveniada, e fiscalizar e punir a venda irregular de anovulatórios em farmácias sem prescrição médica.

Nossa, como você cresceu

O jornal Zero Hora, de Porto Alegre, publicou no dia 08 de março — Dia Internacional da Mulher — encarte com o título “Nossa, como você cresceu”, com informações sobre a prevenção à gravidez na adolescência. O trabalho foi feito em conjunto pela Secretaria Estadual da Saúde e do Meio Ambiente — através da Divisão de Saúde da Mulher —, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Zero Hora e Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, com o apoio da Agência de Publicidade MPM: Lintas Comunicações. O principal objetivo foi mostrar que o assunto não é um tabu e pode ser abordado em linguagem jovem, direta e bem-humorada, apesar de séria.

A Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho lembrou no encarte que ocorrem um milhão de partos precoces anuais no Brasil, para uma população de 15 milhões de meninas entre 10 e 19 anos. “São Anas, Marias, Danielas, Cláudias e muitas outras que sofrem e correm

riscos porque não têm acesso à informação. Se com este trabalho conseguirmos levar ao menos uma parte destas adolescentes à reflexão, já teremos motivos para ficar satisfeitos”.

A Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio Grande do Sul, Lícia Peres, acha que o encarte responde a uma necessidade imperiosa de informar corretamente nossos adolescentes sobre o seu corpo, as mudanças que nele ocorrem, o desejo e a sexualidade, alertando para os riscos de uma gravidez indesejada. “Hoje, a nova mulher tem mais do que a maternidade como seu único destino. A realização profissional, a independência financeira, o direito à cidadania plena são possibilidades concretas à sua frente. E a realidade mostra que uma gravidez precoce geralmente resulta no abandono dos estudos e no mergulho em uma situação para a qual a menina ainda não está preparada”, disse Lícia.

Pesquisadoras denunciam Unicamp

A sanitarista Giselle Israel e a socióloga Solange Dacach denunciaram, no livro “As rotas do Norplant — desvios da contraceção”, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) — de ter usado mais de 3.500 mulheres em todo o país para realizar uma pesquisa sobre o contraceptivo Norplant, financiada pela instituição norte-americana Populacion Council. Das mulheres, 301 eram do Rio de Janeiro, mas apenas 52 foram localizadas pelos pesquisadores. Destas, todas apresentaram ausência de menstruação, perda do desejo sexual e depressão, afirmaram as autoras do livro. Segundo elas, as pesquisas sobre o Norplant começaram a ser feitas pela Unicamp em 1984, quando a Universidade selecionou 21 centros de saúde em todo o Brasil. O contraceptivo funciona através de seis bastões plásticos colocados sob a pele, que impede a gravidez por um período de cinco anos.

Movimento protesta contra nomeações

O Diário Oficial do dia 06 de maio publicou a nova composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Foram nomeadas pelo Ministério da Justiça para integrar o órgão Herilda Balduino (Presidente), Maria Aparecida Schumacher, Marta Suplicy, Leila Guimarães Abreu, Norma Kyriakos, Lícia Peres, Waldeci Pedreira do Nascimento e Miriam de Fátima Jungman, (indicadas pelo movimento). Também foram designadas para integrar o Conselho Clenir Avanza (ES), contra a qual constam denúncias feitas por diversos grupos de mulheres; Rafaela Damásio de Jesus (ES), Márcia Maria de Araújo Abreu (ES), Luzia Alves Toledo (ES), Marília Murici (BA), Maria Izabel Barroso Miranda

(AP), Rosanita Monteiro de Campos, Irmã Olímpia (CNBB) e Rosemarie Muraro (RJ).

A solicitação feita ao Ministério pela Comissão Nacional pró-reestruturação do CNDM

foi de apresentar proposta de regimento interno e lista triplíce de conselheiras para subsidiar a escolha da Presidente que, assim, teria aval do movimento de mulheres. Tendo em

vista todos estes fatores, a Comissão sentiu-se excluída e está convocando o movimento de mulheres para definir a posição a adotar em relação ao Conselho.

CFEMEA inicia pesquisa de opinião

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) iniciou pesquisa de opinião junto a parlamentares do Congresso Nacional sobre temas relativos à mulher. O objetivo é definir o perfil dos parlamentares, para facilitar a atuação do movimento de mulheres durante a revisão constitucional.

A pesquisa será dividida em duas fases. A primeira inclui a realização de um estudo exploratório com um grupo de parlamentares formadores de opinião no Congresso Nacional. Na segunda fase,

será feita a pesquisa junto a todos os parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O trabalho deverá estar concluído em agosto.

Com o resultado da pesquisa e a elaboração do perfil político dos parlamentares, especialmente seu posicionamento sobre os direitos da mulher, que será amplamente divulgado, pelo CFEMEA, o movimento feminista terá subsídios para atuar no sentido de ampliar ou garantir os direitos assegurados a partir da Constituição de 1988.

Agenda

CONGRESSO NACIONAL

PLENÁRIO/CONGRESSO (Sessão Conjunta)

MG 67/91 = MSG 381/91 — Do Executivo Federal. Encaminha ao Senado Federal razões do veto parcial aposto ao PLC 35/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social.

PLENÁRIO/SENADO

PLC 100/91 = PL 211/91 — Do Deputado Said Ferreira e outros. Acrescenta dispositivos ao Art. 18 da Lei 8080 de 19.09.90, cometendo aos Municípios competência para a execução de serviços de planejamento familiar.

Plenário Senado Federal aguardando leitura redação final.

PLENÁRIO/CÂMARA

PRC 31/91 — Do Deputado Avenir Rosa. Cria a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos do Cidadão.

Mesa. Aprovado parecer favorável relator Deputado Genésio Bernardino em 27.01.93

Projeto de resolução 152/93 — Do Deputado Moroni Torgan. Institui a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil. Aprovado em sessão da Câmara de 29.04.93.

MSC 114/87 — Do Executivo Federal. Submete a consideração do Congresso Nacional os textos das recomendações adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, período 79 a 84.

Mesa Câmara dos Deputados. Pronto para a Ordem do Dia PL 163/91 — Do Dep. Maurício Campos. Inclui os portadores do vírus da AIDS como beneficiários da Lei 8036, autorizando o saque total da conta vinculada do FGTS.

Mesa Câmara dos Deputados em 24.03.93 aguardando inclusão ordem do dia. Já passou pela CTASP, CFT e CCJR.

PL 1665/91 — Do Dep. Fábio Raunheitti. "Realização de exames em recém-nascidos para o diagnóstico precoce da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito. Mesa CD em 24.03.93. Aprovação unânime da redação final do Dep. Nilson Gibson CCJR.

PL 1864/89 — Da Dep. Rita Camata. Dispõe sobre a Licença Gestante de 120 dias. Com parecer aprovado na Comissão do Trabalho Relator Dep. Paulo Rocha, com Substitutivo.

Adiada votação plenário Câmara por falta de quorum.

PL 2857/89 — Do Dep. Matheus Iensen. Assegura a prioridade de atendimento em instituições financeiras a idosos, mulheres grávidas e deficientes físicos.

Mesa CD Pronto para Ordem do Dia. Volta a CCJR relator Dep. Nestor Duarte com emenda de plenário.

PL 3113 — A/89 — Do Dep. Tarso Genro. Introduz Art. na CLT dispondo que se comprovado em juízo que a demissão do empregado se deu por motivo de discriminação política, ideológi-

ca, religiosa ou de natureza sexual, o contrato de trabalhadores será restabelecido e a despedida nula.

Mesa CD para votação em plenário. Despachado a CTASP e CCJR com emendas de plenário.

PL 4350/89 = PLS 218/89 — Regula a investigação da paternidade dos filhos havidos fora do casamento. Aprovado o substitutivo. Lei nº 8560/92.

COMISSÕES/SENADO

PL 2599/89 — PLC 29/90 — Da Deputada Lúcia Vânia. Altera dispositivo do Código Penal Pronto para Ordem do Dia da CCJ com parecer do Sen. Lourenberg Nunes Rocha

PLS 109/92 — Do Sen. Marcio Lacerda — regulamenta art. da C.F. criando o programa nacional de educação das crianças de zero a seis anos, em creches e pré-escolas.

Pronto para Ordem do Dia na Com. de Educação, com parecer do Sen. Marcos Maciel.

COMISSÕES/CÂMARA

PEC 9/91 — Do Dep. Carlos Lupi. Altera parágrafo da CF, limitando a idade do homem e da mulher em 65 e 60 anos para concessão de transporte gratuito.

Pronto para Ordem do Dia na CCJR com parecer pela admissibilidade

PL 229/91 — Da Dep. Benedita da Silva. Proíbe a exigência de atestado que comprove esterilidade ou gravidez de candidatas a empregos.

Pronto para pauta da CTASP

PL 232 A/91 — Da Dep. Benedita da Silva. Acrescenta dispositivo ao Art. 3-º da Lei nº 7998 de 11.01.90, para estender o seguro desemprego ao empregado doméstico. Pronto para Ordem do Dia na CCJR em 22.04.93 com parecer favorável do relator.

ACONTECE

□ No dia 27/05 será lançado em Fortaleza o livro "Pensando Nossa Cidadania — Propostas para uma Legislação Não Discriminatória". O lançamento será promovido pela União de Mulheres Cearenses e acontecerá no Centro Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

□ A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, através da Subcomissão Especial do FGTS, está realizando o painel de debates "Os rumos do FGTS". O primeiro painel, "FGTS: o resgate de uma dívida" aconteceu no dia 15 de abril. Mais três painéis, "Arrecadação, gestão e controle social do



FGTS", "Alocação de recursos do FGTS" e "Uma nova legislação para o FGTS" estão programados para os dias 06, 13 e 20 de maio, respectivamente, sempre às 10 horas. Maiores informações podem ser obtidas na CTASP, pelo telefone (061) 318-5483. A iniciativa tem o objetivo de promover um amplo debate entre representantes do governo, trabalhadores, empregadores e de toda a sociedade civil, com vistas à elaboração de uma nova legislação para o FGTS. Do ponto de vista das mulheres, mais especificamente o debate interessa às empregadas domésticas, que lutam para ver incluída na legislação seu direito ao FGTS.

□ De 01 a 05 de junho, será realizado o XI Congresso Mundial de Sexologia, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro. Maiores informações podem ser obtidas com a secretaria executiva do Congresso, na LK Assessoria e Promoções Ltda., rua Costa Pereira, 9 — Rio de Janeiro — RJ. CEP 20511-090. Telefones (021) 284-1642/284-1246.

□ O Conselho Cearense dos Direitos da Mulher e a Secretaria de Ação Social, com o apoio do Governo do Estado do Ceará e do Unicef, lançaram o Projeto Ana Beatriz "Educação Sexual — Um Caminho para a Cidadania". Em absoluta consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o projeto propõe ações educativas voltadas para a sexualidade, a fim de proporcionar a melhoria do nível de informação de moças e rapazes de Fortaleza.

□ A Editora Brasiliense está promovendo um Concurso Nacional de Contos Eróticos escritos por mulheres. Serão selecionados 20 contos, reunidos em um livro a ser publicado em dezembro deste ano. Os direitos autorais do livro serão doados a programas de prevenção à AIDS para mulheres. As inscrições poderão ser feitas até o dia 01 de junho, no seguinte endereço: Editora Brasiliense S/A, alc do Cielo Mulher Brasiliense, Avenida Marquês de São Vicente 1771, São Paulo — SP. CEP 01139-903.

ACONTECEU

□ Em Curitiba no Paraná, foi realizado o I Congresso do Movimento Popular de Mulheres do Paraná, nos dias 27 e 28 de março.

□ Rejeitado pelo Plenário da Câmara dos Deputados o PL 4.382/89 (PLS 234/86 na origem) que acrescenta um Parágrafo Único ao art. 213 do Código Penal, que trata do estupro, nos seguintes termos: "Parágrafo único — o fato de ser o agente marido ou concubino não o exime de pena".

□ O PL 901 A/91, do Deputado Gilvan Borges que "estabelece medidas sobre a fixação de alimento e guarda de filhos foi apreciado na CCJR, tendo sido aprovado o parecer do relator, Deputado José Dirceu, pela rejeição no mérito.

□ O Deputado José Fortunati (PT-RS) apresentou mais três projetos na área do trabalho que são do interesse das trabalhadoras. São eles:

PL nº 3751/93 — "Acrescenta §§ 6º e 7º ao art. 168 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), dispondo sobre exames médicos do empregado".

PL nº 3752/93 — "Dispõe sobre a realização de inspeções pessoais nos trabalhadores".

PL nº 3753/93 — "Dispõe sobre a segurança patrimonial das empresas e o controle sobre os trabalhadores".

□ O livro "Pensando Nossa Cidadania — Propostas para uma Legislação não Discriminatória" foi lançado oficialmente em Brasília, no dia 03 de março, em sessão da Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. No dia 05 de abril, o lançamento ocorreu em Porto Ale-

gre, no auditório da OAB, com apoio do gabinete do deputado José Fortunati.

□ O movimento de mulheres realizou, juntamente com outros setores da sociedade, um ato durante o dia 08 de março, no centro de João Pessoa, na Paraíba. O ato teve caráter de protesto pela discriminação contra as mulheres, denúncia dos atos de violência em todas as áreas na vida da mulher e, principalmente, a manifestação de unidade do movimento.

□ Também em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o Governo do Estado de São Paulo realizou nos dias 11 e 12 de março o seminário "Mulher na Administração Pública", através da Secretaria da Administração e Modernização do Serviço Público e do Conselho Estadual da Condição Feminina. Com o objetivo de debater a inserção da mulher trabalhadora na Administração Pública nas últimas décadas foram discutidos os seguintes temas: A Condição da Mulher na Sociedade; As Mulheres em Cifras na América Latina; A Mulher na Administração Pública Paulista — As Primeiras Análises do Censo 92; A Participação da Mulher no Mercado de Trabalho; O Cotidiano da Servidora da Fundação para o Desenvolvimento da Educação; Os Aspectos Legais do Trabalho da Mulher; e A Experiência da Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado no Cumprimento da Legislação Específica.

□ A Coordenação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo realizou, no dia 08 de março, uma comemoração cujo tema foi a Saúde da Mulher e a Violência contra a Mulher no Espírito Santo. O encontro aconteceu na Igreja Metodista de Nova Venécia e contou com a presença de médicos, advogadas, agentes de saúde, naturalistas, assistentes sociais, pastores e leigos católicos, metodistas, representantes do sindicato dos trabalhadores rurais, comerciantes e outros.

□ Nos dias 04 a 07/03 foi realizado em Santos, São Paulo, o Encontro Nacional de Entidades Populares Contra a Violência à Mulher "Pela Cidadania e pelos Direitos Humanos das Mulheres". O Encontro foi organizado pela União de Mulheres de São Paulo e pelo Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista.

□ Para comemorar o Dia Internacional, a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT de Rondônia realizou uma exposição cujo tema foi "Violência Contra a Mulher".

Em todo o país, várias foram as comemorações realizadas pelo Dia Internacional da Mulher por grupos e entidades de todos os estados. Entre os eventos destacaram-se encontros, exposições e palestras.

□ O Jornal do DIAP — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — voltou a publicar, em março, uma página sobre "Mulher Trabalhadora". Em 1988 e 1989, o jornal publicou a página sob o patrocínio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Desta vez, a responsabilidade é do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, que está distribuindo o jornal do DIAP para 1500 entidades feministas de todo o País.

□ Anunciando o retorno da página sobre Mulher Trabalhadora, o jornal acrescentou o subtítulo "... uma redundância", para lembrar que a mulher, mesmo quando não sai para o trabalho, "fica na lida com os filhos e afazeres domésticos. Portanto, trabalha". Em março, na primeira reedição da página, o jornal publicou matérias sobre o livro "Pensando nossa cidadania — propostas para uma legislação não discriminatória", e a reativação do CNDM. O debate "Sindicalismo e Mulher", promovido pelos sindicatos e entidades populares de Brasília em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, também foi assunto da página "Mulher Trabalhadora".

CFEMEA — Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CLN 111 Bloco C salas 108 e 109 — Brasília — DF.

CEP 70.754-530.

Telefone (061) 347-5004.

Câmara dos Deputados

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Presidente: ROMEL ANÍSIO (PRN) - MG — 318.5317
1º Vice-Presidente (PRN) AUGUSTINHO FREITAS (PTB)-MT — 318.5722
2º Vice-Presidente: FÁBIO MEIRELLES (PDS)-SP — 318.5526
3º Vice-Presidente: JONI VARISCO (PMDB)-PR — 318.5613

PMDB

Dejandir Dalpasquale-SC — 318.5715
Derval de Paiva-TO — 318.5829
Freire Júnior-TO — 318.5601
Hélio Rosas-SP — 318.5478
Ivo Mainardi-RS — 318.5228
João Thomé Mestrinho-AM — 318.5583
Joni Varisco-PR — 318.5613
José Belato-MG — 318.5573
Moacir Micheletto-PR — 318.5256
Odacir Klein-RS — 318.5804
Valdir Colatto-SC — 318.5662

PFL

Adauto Pereira-PB — 318.5221
Iberê Ferreira-RN — 318.5609
Ivandro Cunha Lima (PMDB)-PB — 318.5605
Jonas Pinheiro-MT — 318.5441
Oswaldo Coelho-PE — 318.5444
Paulo Romano-MG — 318.5333
Ronaldo Caiado-GO — 318.5611
Waldir Guerra-MS — 318.5412

PDS

Arno Magarinos-RS — 318.5839
Célia Mendes-AC — 318.5616
Fábio Meirelles-SP — 318.5526
Hugo Biehl-SC — 318.5332
Maria Valadão-GO — 318.5520
Oswaldo Bender-RS — 318.5274

PDT

Aldo Pinto-RS — 318.5277
Giovanni Queiroz-PA — 318.5534
Laerte Bastos-RJ — 318.5481
Luiz Girão-CE — 318.5439

PSDB

Ary Kara (PMDB)-SP — 318.5817
Felipe Mendes (PDS)-PI — 318.5654
Mauro Sampaio-CE — 318.5356
Wilson Moreira-PR — 318.5819

PT

Adão Pretto-RS — 318.5271
Luci Choinacki-SC — 318.5273
Pedro Tonelli-PR — 318.5585
Valdir Ganzer-PA — 318.5484

PP

Oswaldo Reis-TO — 318.5835
Pedro Abrão-GO — 318.5918
Vadão Gomes-SP — 318.5750

PTB

Augustinho Freitas-MT — 318.5722
Etevalda Grassi de Menezes-ES — 318.5213
Roberto Torres-AL — 318.5501

PRN

Romel Anísio-MG — 318.5317
Todashi Kuriki-SP — 318.5725

PDC

Leomar Quintanilha-TO — 318.5728

PL

Avelino Costa-MG — 318.5719

PSB

Álvaro Ribeiro-PE — 318.5417

PSD

Edson Fidelis-RO — 318.5252

PSC

Luiz Dantas-AL — 318.5632

PRS

José Aldo-MG — 318.5705

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: MALULY NETTO (PFL)-SP — 318.5219
1º Vice-Presidente: ETEVALDO NOGUEIRA (PFL)-CE — 318.5603
2º Vice-Presidente: PINHEIRO LANDING (PMDB)-CE — 318.5636
3º Vice-Presidente: VIVALDO BARBOSA (PDT)-RS — 318.5711

PMDB

Airton Sandoval-SP — 318.5324
Aloísio Vasconcelos-MG — 318.5234
Aluizio Alves-RN — 318.5558
Domingos Juvenil-PA — 318.5702
Eliel Rodrigues-PA — 318.5752
Henrique Eduardo Alves-RN — 318.5539
Laprovita Vieira-RS — 318.5565
Nelson Proença-RS — 318.5405
Pinheiro Landim-CE — 318.5636
Roberto Valadão-ES — 318.5230
Walter Nory-SP — 318.5509

PFL

Ángelo Magalhães-BA — 318.5908
Arolde de Oliveira-RJ — 318.5917
Etevaldo Nogueira-CE — 318.5603
Humberto Souto-MG — 318.5914
José Jorge-PE — 318.5408
José Mendonça Bezerra-PE — 318.5314
Luiz Viana Neto-BA — 318.5913
Maluly Neto-SP — 318.5219
Werner Wanderer-SP — 318.5806

PDS

Jarvis Gaidzinski-SC — 318.5306
José Diogo-PA — 318.5570
José Teles-SC — 318.5438
Paulo Duarte-SC — 318.5326
Vitório Malta-AL — 318.5416

PDT

Beto Mansur-SP — 318.5837
Edson Silva-CE — 318.5726
Elio Dalla-Vecchia-PR — 318.5916
José Vicente Brizola-RJ — 318.5832
Vivaldo Barbosa-RJ — 318.5711

PSDB

Álvaro Pereira-MG — 318.5243
José Abrão-SP — 318.5546
Koyu Iha-SP — 318.5575
Paulo Silva-PI — 318.5476

PT

Irma Passoni-SP — 318.5237
Lourival Freitas-AP — 318.5574
Manoel Moreira (PMDB)-SP — 318.5842
Tilden Santiago-MG — 318.5911

PP

Carlos Roberto Massa-PR — 318.5633
Pinga-Fogo de Oliveira-PR — 318.5205
Valdenor Guedes-AP — 318.5848

PTB

Luiz Moreira-BA — 318.5729
Matheus Iensen-PR — 318.5641
Paulo Heslander-MG — 318.5207

PRN

Fausto Rocha-SP — 318.5939
José Carlos Vasconcellos-PE — 318.5915

PDC

Samir Tannus-MG — 318.5241

PL

Ribeiro Tavares-BA — 318.5802
Valdemar Costa Neto-SP — 318.5542

PSB

Ariosto Holanda-CE — 318.5507

PC do B

Flávio Derzi (PP)-MS — 318.5934

PSD

Onaireves Moura-PR — 318.5303

PSC

César Souza-SC — 318.5713

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Presidente: JOSÉ DUTRA (PMDB)-AM — 318.5943
1º Vice-Presidente: JOSÉ THOMAZ NONO (PMDB)-AL — 318.5812
2º Vice-Presidente: JESUS TAJRA (PMDB)-PI — 318.5414
3º Vice-Presidente: SIGMARINGA SEIXAS (PSDB)-DF — 318.5454

PMDB

João Natal-GO — 318.5844
José Dutra-AM — 318.5943
José Luiz Clerot-PB — 318.5938
José Thomas Nonô-AL — 318.5812
Maurici Mariano-SP — 318.5622
Luiz Soyer-GO — 318.5909
Mendes Ribeiro-RS — 318.5222
Nelson Jobim-RS — 318.5734
Nestor Duarte-BA — 318.5336
Nilson Gibson-PE — 318.5410
Roberto Rolemberg-SP — 318.5323

PFL

Antônio dos Santos-CE — 318.5406

Jesus Tajra-PI — 318.5414
Messias Góis-SE — 318.5723
Ney Lopes-RN — 318.5343
Paes Landim-PI — 318.5560
Ricardo Murad-MA — 318.5354
Roberto Magalhães-PE — 318.5425
Tourinho Dantas-BA — 318.5762
Vilmar Rocha-GO — 318.5644

PDS

Gerson Peres-PA — 318.5330
Ibrahim Abi-Ackel-MG — 318.5319
João de Deus Antunes-RS — 318.5720
Oswaldo Melo-PA — 318.5809
Paulo Mourão-TO — 318.5339
Prisco Viana-BA — 318.5858

PDT

Benedito de Figueiredo-SE — 318.5903
Beth Azize-AM — 318.5646
Dércio Knop-SC — 318.5479
Vital do Rego-PB — 318.5841
Wilson Muller-RS — 318.5930

PSDB

Helvécio Castelo-ES — 318.5514
Luiz Máximo-SP — 318.5538
Moroni Torgan-CE — 318.5535
Sigmaringa Seixas-DF — 318.5454

PT

Edésio Passos-PR — 318.5572
José Dirceu-SP — 318.5706
José Genoíno-SP — 318.5270
Hélio Bicudo-SP — 318.5620

PP

Benedito Domingos-DF — 318.5945
Reditário Cassol-RO — 318.5625

PTB

Gastone Righi-SP — 318.5940
Mendes Botelho-SP — 318.5958
Nelson Trad-MS — 318.5452

PRN

Raul Belém-MG — 318.5206
Tony Gel-PE — 318.5423

PDC

José Maria Eymael-SP — 318.5331

PL

Robson Tuma-SP — 318.5834

PSB

Roberto Franca-PE — 318.5427

PC do B

Haroldo Lima-BA — 318.5456

PSD

Irani Barbosa-MG — 318.5756

PSC

Augusto Farias-AL — 318.5229

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Presidente: MARCO PENAFORTE (PSDB)-CE — 318.5238
1º Vice-Presidente: (PSDB) LUCIANO PIZZATTO (PFL)-PR — 318.5541
2º Vice-Presidente: MAURÍCIO CALIXTO (PFL)-RO — 318.5352
3º Vice-Presidente: (PSB) CARLOS SCARPELINI (PP)-PR — 318.5608

PMDB

Antonio de Jesus-GO — 318.5941
Lúcia Vânia-CO — 318.5430
Luiz Carlos Santos-SP — 318.5836
Tuga Angerami (PSDB)-SP — 318.5562
Virmondes Cruvinel-GO — 318.5922

PFL

Luciano Pizzatto-PR — 318.5541
Maurício Calixto-RO — 318.5352
Orlando Bezerra-CE — 318.5413

PDS

Amaral Netto-RJ — 318.5302

PDT

Aroldo Goes-AP — 318.5225
Sérgio Cury-RJ — 318.5350

PSDB

Fábio Feldmann-SP — 318.5473
Marco Penaforte-CE — 318.5238

PT

Paulo Delgado-MG — 318.5373

PP

Carlos Scarpelini-PR — 318.5608
Mário Chermont-PA — 318.5434

PTB

Mauro Fecury-MA — 318.5935

PRN

Euclides Mello-SP — 318.5727

PDC

Marcos Medrado-BA — 318.5313

PL

Socorro Gomes (PCdoB)-PA — 318.5404

PSB

Nobel Moura (PP)-RO — 318.5337

PV

Sidney de Miguel-RJ — 318.5931

COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

Presidente: (PFL) LUIZ CARLOS HAULY (PP)-PR — 318.5701
1º Vice-Presidente: WERNER WANDERER (PFL)-PR — 318.5806
2º Vice-Presidente: BENEDITO DOMINGOS (PP)-DF — 318.5945
3º Vice-Presidente: NELSON BORNIER (PL)-RJ — 318.5936

PMDB

Antonio de Jesus-GO — 318.5941
João Fagundes-RR — 318.5550
Marcelo Barbieri-SP — 318.5910
Robson Tuma (PL)-SP — 318.5334
José Augusto Curvo-MT — 318.5932

PFL

Alacid Nunes-PA — 318.5519
Átila Lins-AM — 318.5730
Paes Landim-PI — 318.5560
Roberto Magalhães-PE — 318.5425
Werner Wanderer-PR — 318.5806

PDS

Carlos Virgílio-CE — 318.5537
Fábio Meirelles-SP — 318.5526
Fernando Carrion-RS — 318.5432

PDT

Elio Dalla-Vecchia-PR — 318.5916
Paulo Ramos-RJ — 318.5830
Wilson Muller-RS — 318.5930

PSDB

José Aníbal-SP — 318.5624
Moroni Torgan-CE — 318.5535

PT

José Dirceu-SP — 318.5706
Maurício Campos (PL)-MG — 318.5239

PP

Benedito Domingos-DF — 318.5945
Luiz Carlos Hauly-PR — 318.5701

PTB

Aldir Cabral-RJ — 318.5904
Raquel Cândido-RO — 318.5614

PRN

Heitor Franco-SP — 318.5245

PDC

Mauro Borges-CO — 318.5223

PL

Nelson Bornier-RJ — 318.5936

PSB

Roberto Franca-PE — 318.5427

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

Presidente: MARCELINO ROMANO MACHADO (PDS)-SP — 318.5556
1º Vice-Presidente: JOÃO RODOLFO (PDS)-MA — 318.5308
2º Vice-Presidente: NILMÁRIO MIRANDA (PT)-MG — 318.5275
3º Vice-Presidente: (PP) MARIA LUIZA FONTENELE (PSB)-CE — 318.5582

PMDB

Carlos Nelson-SP — 318.5328
Efraim Moraes (PFL)-PB — 318.5638
José Geraldo-MG — 318.5226
Oswaldo Stecca-SP — 318.5626
Pedro Irujo-BA — 318.5818

PFL

Vicente Fialho-CE — 318.5210
Jorge Khoury-BA — 318.5212
César Bandeira-MA — 318.5502
Gustavo Krause-PE — 318.5436

PDS

Marcelino Romano-SP — 318.5533
Armando Pinheiro-SP — 318.5348
João Rodolfo-MA — 318.5308

PDT

Junot Abi-Ramia-RJ — 318.5708
Miro Teixeira-RJ — 318.5272

PSDB

Rose de Freitas-ES — 318.5960
Sérgio Machado-CE — 318.5536

PT

George Takimoto (PFL)-MS — 318.5635
Nilmário Miranda-MG — 318.5275

PP

Maria Luiza Fontenele (PSB)-CE — 318.5582
Nan Souza-MA — 318.5315

PTB

Hilário Coimbra-PA — 318.5816

PRN

Cleonânicio Fonseca-SE — 318.5824

PDC

Jonival Lucas-BA — 318.5815

PL

João Teixeira-MT — 318.5240

SEM PARTIDO

Wilson Cunha (PTB)-MG — 318.5854

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: MÁRCIA CIBILIS VIANA (PDT)-RJ — 318.5950
1º Vice-Presidente: MAX ROSEN-MANN (PDT)-PR — 318.5758
2º Vice-Presidente: VITTORIO MEDIOLI (PSDB)-MG — 318.5754
3º Vice-Presidente: ERALDO TINOCO (PFL)-BA — 318.5310

PMDB

Antonio Barbara-PR — 318.5737
Cid Carvalho-MA — 318.5710
Felipe Neri-MG — 318.5329
Genebaldo Correia-BA — 318.5204
Gonzaga Mota-CE — 318.5919
João Almeida-BA — 318.5652
João Fagundes-RR — 318.5550

PFL

Darci Coelho-TO — 318.5309
Eraldo Tinoco-BA — 318.5310
Gilson Machado-PE — 318.5334
José Carlos Aleluia-BA — 318.5856

José Múcio Monteiro-PE — 318.5458
Osório Adriano-DF — 318.5446

PDS

Fetter Júnior-RS — 318.5316
Pratini de Moraes-RS — 318.5424
Pedro Pavão-SP — 318.5548

PDT

Marcia Cibilib Viana-RJ — 318.5950
Max Rosenmann-PR — 318.5758
Paulo Ramos-RJ — 318.5830

PSDB

Vitório Mediolli-MG — 318.5754
Saulo Coelho-MG — 318.5602

PT

Ciro Garcia-RJ — 318.5383
Rubem Medina (PFL)-RJ — 318.5610

PP

Renato Johnsson-PR — 318.5513
Ernani Viana-CE — 318.5738

PRN

Maviael Cavalcanti-PE — 318.5717
José Burnett-MA — 318.5543

PTB

Feres Nader-RJ — 318.5831
Rodrigues Palma-MT — 318.5528

PDC

Mauro Borges-GO — 318.5223

PL

Jones Santos Neves-ES — 318.5327

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Presidente: ÂNGELA AMIN (PDS)-SC — 318.5233

1º Vice-Presidente: CELSO BERNARDI (PDS)-RS — 318.5530

2º Vice-Presidente: JOÃO HENRIQUE (PMDB)-PI — 318.5617

3º Vice-Presidente: ROBERTO BALESTRA (PDC)-GO — 318.5262

PMDB

Adelaide Neri-AC — 318.5801
Gilvan Borges-AP — 318.5731
João Henrique-PI — 318.5617
Ubiratan Aguiar-CE — 318.5505
Valter Pereira-MS — 318.5845

PFL

Ézio Ferreira-AM — 318.5515
Marilu Guimarães-MS — 318.5440
Orlando Pacheco-SC — 318.5718
Sandra Cavalcanti-RJ — 318.5346

PDS

Aécio de Borba-CE — 318.5607
Ângela Amin-SC — 318.5233
Celso Bernardi-RS — 318.5530

PDT

Lucia Braga-PB — 318.5642
Paulo Portugal-RJ — 318.5516

PSDB

Flávio Arns-PR — 318.5850
Osmânio Pereira-MG — 318.5579

PT

Florestan Fernandes-SP — 318.5671
José Fortunati-RS — 318.5372

PP

Renildo Calheiros (PC do B)-PE — 318.5735
Salatiel Carvalho-PE — 318.5937

PTB

Fábio Raunheitti-RJ — 318.5628
José Elias-MS — 318.5448

PRN

Zé Gomes da Rocha-GO — 318.5748

PL

Álvaro Valle-RJ — 318.5826

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Presidente: MANOEL CASTRO (PFL)-BA — 318.5760

1º Vice-Presidente: JACKSON PEREIRA (PSDB)-CE — 318.5923

2º Vice-Presidente: GEDDEL VIEIRA LIMA (PMDB)-BA — 318.5612

3º Vice-Presidente: CARLOS KAYATH (PTB)-PA — 318.5218

PMDB

Fernando Diniz-MG — 318.5307
Geddel Vieira-BA — 318.5612
Germano Rigotto-RS — 318.5838
Harley Margon Vaz-GO — 318.5803
José Augusto Curvo-MT — 318.5932
Luís Roberto Ponte-RS — 318.5956
Pedro Novais (PDC)-MA — 318.5813

PFL

Benito Gama-BA — 318.5741
João Carlos Bacelar (PSC)-BA — 318.5827
José Falcão-BA — 318.5822
Manoel Castro-BA — 318.5760
Mussa Demes-PI — 318.5712
Ricardo Fiúza-PE — 318.5707

PDS

Delfim Netto-SP — 318.5511
Basílio Villani-PR — 318.5634
Francisco Dornelles-RJ — 318.5512

PDT

Eden Pedrosa-RS — 318.5385
Eduardo Mascarenhas-RJ — 318.5944
Sergio Gaudenzi-BA — 318.5320

PSDB

Jackson Pereira-CE — 318.5923
José Anibal-SP — 318.5624
José Serra-SP — 318.5407

PT

Aloizio Mercadante-SP — 318.5825
Vladimir Palmeira-RJ — 318.5232

PP

Luiz Carlos Hauly-PR — 318.5701
Francisco Silva-RJ — 318.5716

PTB

Carlos Kayath-PA — 318.5218
Félix Mendonça-BA — 318.5912

PRN

Otto Cunha-PR — 318.5616
Wagner do Nascimento-MG — 318.5703

PDC

Paulo Mandarino-GO — 318.5862

PL

Flávio Rocha-RN — 318.5508

PSB

Sérgio Guerra-PE — 318.5426

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente: ALBERTO HADDAD (PP)-SP — 318.5921

1º Vice-Presidente: CARLOS CAMURÇA (PP)-RO — 318.5342

2º Vice-Presidente: NEUTO DE CONTO (PMDB)-SC — 318.5637

3º Vice-Presidente: ELÍSIO CURVO (PRN)-MS — 318.5942

PMDB

Marcos Lima-MG — 318.5220
Marcelo Barbieri-SP — 318.5910
Neuto de Conto-SC — 318.5637
Paulo Titan-PA — 318.5527
Sérgio Barcellos (PFL)-AP — 318.5301

PFL

José Santana de Vasconcelos-MG — 318.5531
Murilo Pinheiro-AP — 318.5305
Pascoal Novaes-RO — 318.5318
Ruben Bento-RR — 318.5524

PDS

Carlos Azambuja-RS — 318.5469
Eraldo Trindade-AP — 318.5280
José Lourenço-BA — 318.5311

PDT

Beraldo Boaventura-BA — 318.5933
Edi Siliprandi-PR — 318.5736

PSDB

Adroaldo Streck-RS — 318.5744
João Faustino-RN — 318.5704

PT

Agostinho Valente-MG — 318.5376
Alcides Modesto-BA — 318.5954

PP

Alberto Haddad-SP — 318.5921
Carlos Camurça-RO — 318.5342

PTB

Raquel Cândido-RO — 318.5614

PRN

Elisio Curvo-MS — 318.5942

PDC

Avenir Rosa-RR — 318.5437

PL

Getúlio Neiva-MG — 318.5581

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: IBSEN PINHEIRO (PMDB)-RS — 318.5928

1º Vice-Presidente: NEIF JABUR (PMDB)-MG — 318.5231

2º Vice-Presidente: SARNEY FILHO (PFL)-MA — 318.5202

3º Vice-Presidente: VICTOR FACCI-ONI (PDS)-RS — 318.5925

PMDB

Genesio Bernardino-MG — 318.5571
Hermínio Calvino-PA — 318.5431
Ibsen Pinheiro-RS — 318.5928
Jorio de Barros-ES — 318.5739
Luiz Henrique-SC — 318.5209
Mauri Sergio-AC — 318.5568
Neif Jabour-MG — 318.5231
Zila Bezerra-AC — 318.5510

PFL

Antonio Ueno-PR — 318.5522
Átila Lins-AM — 318.5730
Evaldo Gonçalves-PB — 318.5833
Jerônimo Reis-SE — 318.5338
Leur Lomanto-BA — 318.5927
Nelson Morro-SC — 318.5418
Sarney Filho-MA — 318.5202

PDS

Fernando Freire-RN — 318.5820
Francisco Diógenes-AC — 318.5745
Ruberval Piloto-SC — 318.5254
Victor Faccioni-RS — 318.5925

PDT

Edesio Frias-RJ — 318.5521
Mendonça Neto-AL — 318.5258
Waldir Pires-BA — 318.5811

PSDB

Artur da Távola-RJ — 318.5517
Luiz Pontes-CE — 318.5445
Jorge Uequed-RS — 318.5807

PT

Benedita da Silva-RJ — 318.5360
Haroldo Sabóia-MA — 318.5660
Luiz Gushiken-SP — 318.5374

PP

Costa Ferreira-MA — 318.5282
 Júlio Cabral-RR — 318.5340
 Leopoldo Bessone-MG — 318.5402

PTB

Annibal Teixeira-MG — 318.5450
 Alceste Almeida-RR — 318.5902

PRN

Paulo Octávio-DF — 318.5645
 Aroldo Cedraz-BA — 318.5312

PDC

Paulderney Avelino-AM — 318.5260

PL

Diogo Nomura-SP — 318.5283

PSB

Miguel Arraes-PE — 318.5846

PC do B

Wellington Fagundes (PL)-MT — 318.5523

PSD

Cleto Falcão-AL — 318.5215

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB)-PE — 318.5411
 1º Vice-Presidente: EULER RIBEIRO (PMDB)-AM — 318.5544
 2º Vice-Presidente: IVÂNIO GUERRA (PFL)-PR — 318.5428
 3º Vice-Presidente: EDUARDO JORGE (PT)-SP — 318.5371

PMDB

Armando Costa-MG — 318.5606
 Euler Ribeiro-AM — 318.5544
 Jorge Tadeu Mudalen-SP — 318.5552
 Maurílio Ferreira Lima-PE — 318.5411
 Nilton Baiano-CE — 318.5618
 Olavo Calheiros-AL — 318.5907
 Paulo Dias Novaes-SP — 318.5279
 Rita Camata-ES — 318.5905
 Zuca Moreira-PB — 318.5805

PFL

Everaldo de Oliveira-SE — 318.5732
 Fátima Pelaes-AP — 318.5203
 Ivânio Guerra-PR — 318.5428
 Jofran Frejat-DF — 318.5321
 Laire Rosado (PMDB)-RN — 318.5650
 Pedro Corrêa-PE — 318.5415
 Reinhold Stephanes-PR — 318.5322
 Rivaldo Medeiros-PB — 318.5227

PDS

Chafic Farhat-SP — 318.5480
 Djenal Gonçalves-SE — 318.5946
 Geraldo Alckmin Filho-SP — 318.5656
 Waldomiro Fioravente (PT)-RS — 318.5380

PDT

Cidinha Campos-RJ — 318.5714
 Clovis Assis-BA — 318.5586
 Liberato Caboclo-SP — 318.5474
 Marino Clinger-RJ — 318.5604

PSDB

Antonio Faleiros-GO — 318.5504
 Elias Murad-MG — 318.5341
 Geraldo Alckmin (PDS)-SP — 318.5656
 Ubaldo Dantas-BA — 318.5345

PT

Eduardo Jorge-SP — 318.5371
 João Paulo-MG — 318.5211
 Paulo Bernardo-PR — 318.5379

PP

Delcino Tavares-PR — 318.5929
 José Linhares-CE — 318.5860
 Pedro Valadares-SE — 318.5344

PTB

Roberto Jefferson-RJ — 318.5208

PRN

Heitor Franco-SP — 318.5245
 Ivan Burity-PB — 318.5840

PDC

Sérgio Brito-BA — 318.5248

PL

Ayres da Cunha-SP — 318.5828

PSB

Uldurico Pinto-BA — 318.5269

PC do B

Jandira Feghali-RJ — 318.5443

PRS

Israel Pinheiro Filho-MG — 318.5540

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: PAULO PAIM (PT)-RS — 318.5471
 1º Vice-Presidente: PAULO ROCHA (PT)-PA — 318.5483
 2º Vice-Presidente: AMAURY MULLER (PDT)-RS — 318.5743
 3º Vice-Presidente: NELSON MARQUEZELLI (PTB)-SP — 318.5920

PMDB

Aldo Rebelo-SP — 318.5924
 Chico Amaral-SP — 318.5569
 Maria Laura (PT)-DF — 318.5475
 Zaire Rezende-MG — 318.5409

PFL

Jaques Wagner (PT)-BA — 318.5472
 José Cicote (PT)-SP — 318.5358
 Luís Eduardo-BA — 318.5906

PDS

José Carlos Sabóia (PSB)-MA — 318.5285

PDT

Amaury Muller-RS — 318.5743
 Carlos Alberto Campista-RJ — 318.5325

PSDB

Jabes Ribeiro-BA — 318.5214
 Edmundo Galdino-TO — 318.5672

PT

Chico Vigilante-DF — 318.5627
 Paulo Paim-RS — 318.5471

PP

Mário de Oliveira-MG — 318.5381
 Marcelo Luz-RR — 318.5419

PTB

Ernesto Gradella (S/P)-SP — 318.5276
 Nelson Marquezelli-SP — 318.5920

PRN

Edmar Moreira-MG — 318.5460

PDC

Jair Bolsonaro-RJ — 318.5482

PL

Paulo Rocha (PT)-PA — 318.5483

PFS

Augusto Carvalho-DF — 318.5216

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Presidente: FRANCISCO RODRIGUES (PTB)-RR — 318.5304

1º Vice-Presidente: (PTB) ODELMO LEÃO (PRN)-MG — 318.5545
 2º Vice-Presidente: CARLOS VIRGÍLIO (PDS)-CE — 318.5537
 3º Vice-Presidente: MURILO REZENDE (PMDB)-PI — 318.5587

PMDB

Armando Viola-ES — 318.5566
 Carlos Benevides-CE — 318.5506
 Edison Andrino-SC — 318.5639
 Hagahus Araujo-TO — 318.5466
 Hilário Braun-RS — 318.5518
 Mario Martins-PA — 318.5740
 Mauro Miranda-GO — 318.5335
 Murilo Rezende-PI — 318.5587
 Nicias Ribeiro-PA — 318.5278
 Pedro Tassis-MG — 318.5235
 Ronaldo Perim-MG — 318.5584
 Sergio Ferrara-MG — 318.5286

PFL

Alacid Nunes-PA — 318.5519
 Aracely de Paula-MG — 318.5201
 Camilo Machado-MG — 318.5503
 Ciro Nogueira-PI — 318.5619
 Itsuo Takayama-MT — 318.5952
 Jairo Carneiro-BA — 318.5284
 José Reinaldo-MA — 318.5217
 Lael Varella-MG — 318.5721
 Simão Sessim-RJ — 318.5709

PDS

Carlos Virgílio-CE — 318.5537
 Daniel Silva-MA — 318.5852
 Fernando Carrion-RS — 318.5432
 João Tota-AC — 318.5433
 Maria Valadão-GO — 318.5520

PDT

Carlos Lupi-RJ — 318.5810
 José Carlos Coutinho-RJ — 318.5843
 Valdomiro Lima-RS — 318.5556

PSDB

Deni Schwartz-PR — 318.5821
 Jayme Santana-MA — 318.5814
 Lézio Sathler-ES — 318.5362
 Munhoz da Rocha-PR — 318.5578

PT

Carlos Santana-RJ — 318.5382
 Ricardo Moraes-AM — 318.5281
 Francisco Evangelista (PDS)-PB — 318.5442

PP

João Maia-AC — 318.5244
 José Felinto-PR — 318.5576
 Sérgio Spada-PR — 318.5580

PTB

Francisco Rodrigues-RR — 318.5304
 Antonio Morimoto-RO — 318.5577

PRN

Odelmo Leão-MG — 318.5545
 Flávio Palmier da Veiga-RJ — 318.5246

PDC

Jairo Azi-BA — 318.5422

PSB

Luiz Piauhyllino-PE — 318.5224

PSD

Paulo de Almeida-RJ — 318.5420

PC do B

Sérgio Naya-MG — 318.5435

PSC

Antonio Holanda-AL — 318.5370

PRS

José Ulisses de Oliveira-MG — 318.5250